

MUN

POLÍTICA CT&I

Projeto argentino aposta na expansão científica e tecnológica no país

O Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação “Argentina Inovadora 2020”, lançado em março deste ano, é uma estratégia implementada pelo governo argentino junto ao seu Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que visa aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento, de 0,65% para 1,65% do PIB até 2020, que hoje soma cerca de US\$500 bilhões. De acordo com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, José Lino Barañao, o objetivo é “criar as condições para que a ciência, a tecnologia e a inovação impulsionem um salto qualitativo no desenvolvimento social, econômico e na inclusão social”.

Após a deterioração econômica e social sofrida pela Argentina a partir do final dos anos 1990, as altas taxas de desemprego e pobreza evoluíram para 50% no início dos anos 2000. Hoje, o país se esforça para mudar esse quadro e investe em uma retomada de crescimento econômico que leve em conta não apenas ciência e tecnologia como fontes de riqueza, tanto em termos econômicos,



Porto Madeiro região revitalizada em Buenos Aires, Argentina

quanto de conhecimento, como expressou a presidente do país, Cristina Fernández de Kirchner, no documento “Argentina Inovadora 2020 Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”: “o conhecimento é a grande fonte de riqueza do século XXI”.

Apesar do otimismo governamental, Gabriel Bilmes, coordenador da cátedra “Ciência, Política e Sociedade” na Universidade Nacional da Prata afirma que “o reconhecimento do valor da ciência e da tecnologia como uma ferramenta para o crescimento econômico nesses anos tem sido uma política de Estado, mas a atividade científica-tecnológica na Argentina ainda tem muito pouco impacto social. Esta é uma questão não resolvida e esse plano tem sérias limitações nesse sentido”. O primeiro obstáculo apontado no

plano argentino é unir os interesses de empresários e cientistas. De acordo com o ministro Barañao, durante uma cerimônia realizada no Palácio do Governo para os ministros do Gabinete Nacional, autoridades, cientistas e

um público numeroso, “durante décadas houve animosidade entre acadêmicos e empresários. Colocá-los juntos é complicado porque um setor busca rentabilidade e outro reconhecimento por pares”. Em entrevista ao *diario.com*, jornal on-line em circulação na província argentina Entre Rios, a subsecretária de Ciência e Tecnologia do município, Luisina Pocay, responsável pelo desenvolvimento de tecnologia médica, uma das áreas prioritárias do plano, ressalta que um dos desafios é “impulsionar a inovação produtiva, sustentável e inclusiva sobre a expansão e uso de todas as competências tecnológicas do país”. Por outro lado, Gabriel Bilmes faz muitas críticas, sobretudo ao fato do impacto social de C&T estar atrelado à ação de empresas. Segundo ele, esse é um aspecto



altamente discutível e de eficácia não comprovada, “pelo menos nos últimos 10 anos de crescimento econômico do país”. “Além disso, o plano parece não contemplar o sistema científico com a articulação direta e com as necessidades sociais específicas; parece não levar em conta questões como o conflito de certas tecnologias em relação à preservação dos recursos naturais; e, finalmente, parece ser muito pouco sério sobre o valor do investimento privado e sua projeção no futuro”. No cenário latino-americano, há expectativa de mais investimentos em C&T, como no México - que pretende aumentar dos atuais 0,4% para 1% do PIB até 2018 - e no Brasil - onde o incremento deverá ser de 1,16% para 1,8% do PIB até 2014. Há, no entanto, casos como o do Peru, que aplica meros 0,15% do PIB, ou do Panamá, que aplica 0,2% - no final dos anos 2000 - com planos de chegar a 0,6% do PIB até 2014. Apesar de otimista sobre o futuro da Argentina, que tem comemorado sucessivos crescimentos econômicos desde 2003, Bilmes pondera: “houve uma maior distribuição de renda favorecendo os mais pobres, mas a estrutura econômica ficou essencialmente inalterada no país”. A expectativa é que o plano possa fazer a diferença.

Marcela Salazar Granada

RASTROS DA REPRESSÃO

Arqueologia investiga vestígios materiais da ditadura argentina

É possível dizer que na Argentina praticamente toda família tem um familiar desaparecido ou conhece alguma vítima do regime militar. A afirmação é do antropólogo Andrés Zarankin, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que trabalhou em parceria com Melisa Salerno, do Departamento de Investigações Prehistóricas e Arqueológicas, da Universidade de Buenos Aires. Uma comissão instituída pelo governo em 1983 contabilizou nove mil casos de pessoas desaparecidas. Órgãos ligados aos direitos humanos, no entanto, falam de mais de 30 mil pessoas sequestradas e que continuam desaparecidas no país. Por isso, a ditadura militar argentina, entre 1976 e 1983, é considerada uma das mais violentas da América Latina.

Parte dessa história de repressão e abusos contra os direitos humanos tem sido trazida à tona por meio de estudos arqueológicos. Zarankin coordenou pesquisa, em um dos Centros Clandestinos de Detenção (CCDs), lugares para onde eram levados os opositores do regime. “Eram mais de

340 e estima-se que por eles passaram entre 1,5 e 20 mil pessoas, das quais 90% foram assassinadas”, explica o pesquisador. Um diferencial dos CCDs é que eles não existiam institucionalmente. Funcionavam clandestinamente, não possuíam nenhum tipo de convenção, o que ampliava seu poder de repressão. “Como eram invisíveis, eles se convertiam em não-lugares, transformando os que eram levados para lá em desaparecidos”, destaca Zarankin.

BUSCANDO PROVAS De acordo com a Anistia Internacional, organização para defesa dos direitos humanos, o desaparecimento encobre a identidade do autor porque se não há preso, cadáver ou vítima, ninguém pode ser acusado. Na Argentina, pesquisas arqueológicas possibilitaram encontrar esses lugares, dando a eles uma identidade ao analisar a arquitetura, a organização e o funcionamento desses espaços e, ainda mais, por meio delas foi possível gerar provas em processos judiciais e punir militares envolvidos nos crimes da ditadura. De acordo com Melisa, os trabalhos conduzidos pelos arqueólogos argentinos constituem um antecedente importante para o estudo das ditaduras em toda a América Latina. Nos trabalhos de escavação do CCD, em Buenos Aires, conhecido como Club Atlético, foi utilizada uma planta gerada a partir da memória dos sobreviventes, que mostrou que